

Ano 1 nº 8

JUSTIÇA CIDADANIA



Dos crimes contra a
Ordem Tributária

A Politização do Judiciário
e suas conseqüências

Direito do Consumidor
no Limiar do Século XXI

EDITORIAL

Inominável desperdício

**Aposentadoria
Compulsória
abre lacuna no Judiciário
do Rio de Janeiro**



Ele também reagiu!



Ensinaram-me em criança: “amai os vossos inimigos”. Como é difícil amar os inimigos! - pensava eu. Fã incondicional de Jesus, procurei seguir essa regra de ouro, dita por Ele no Sermão do Monte. Não consegui. Algumas vezes - não setenta vezes sete - cheguei até a perdoar - porém, amar...

Desembargadora Maria Helena Cisne Cid

Ao ingressar na magistratura ensinaram-me outra regra: o juiz não fala; somente se manifesta nos autos. Essa lição eu aprendi. Achei-a lógica: aquele que irá julgar não pode mesmo discutir publicamente a matéria objeto do julgamento. Essa é a postura do Poder Judiciário, até mesmo por imposição legal: um longo silêncio, que não se limita apenas a questões jurídicas; estende-se até às ocasiões em que foi injustamente atacado. Entenderam esse silêncio como complexo de superioridade: os juízes, diziam, consideram-se tão superiores que sequer se dão ao trabalho de se defenderem. Pura ignorância! - mesmo que quisesse o juiz manifestar-se, não lhe seria dada oportunidade - falta-lhe acesso aos meios de comunicação. Se porventura alguma vez reagiu a acusações injustas, a queixa foi veiculada em resumidos trechos na seção “Cartas dos Leitores”; a ofensa, em apetitosas manchetes de primeira página.

E assim, com o passar dos anos, o Judiciário, sem reagir, vem sofrendo sucessivos ataques por meio da imprensa. É inconteste que muitas vezes merecidamente, havia, e há, irregularidades a carecer de correção. Porém, por ironia do destino, àquele a quem foi atribuído o dever de sempre assegurar, a todos os que solicitam a tutela jurisdicional, o mais belo de todos os Princípios de Direito - o da ampla defesa - jamais lhe foi dada qualquer possibilidade de defesa. Não se lhe dava, sequer, o direito de contar a sua história. Se por acaso lograsse contá-la, somente parte dela vinha a público, ocultando-se os trechos favoráveis à defesa, supervalorizando-se os desfavoráveis, exatamente aqueles que, isoladamente, respaldassem a manchete escandalosa: aquela que vende o jornal.

Não é este artigo defesa do Poder Judiciário. A História o julgará, como sempre o fez, assim como a seus algozes. A mentira não tem credenciais para esconder a verdade; um dia ela aparecerá. Se somos eternos, e eu creio nisso, oportunidades não faltarão - teremos todo o tempo do mundo! E mesmo que quisesse defendê-lo, não seria ouvida: já foi condenado por antecipação, não importa se é culpado ou não.

Estranho... de alguma forma imitei o Mestre. Tal como Ele o fez, ante a ignomínia dos vendilhões do Templo, indignei-me ante uma covarde agressão. Minhas emoções se destemperaram ao ouvir o comentário, veiculado em um dos grandes noticiários do país, - e daí a sua força na formação de opiniões - (TV Globo, Jornal Nacional, 24/03/00), no qual o comentarista, com a segurança própria daqueles que se crêem poderosos ante a impotência da vítima, afirmou com toda a empáfia dos vaidosos: “a saia da mãe Justiça acoberta a falcatrua dos grandes”. Foram essas as palavras? Não sei... O ressentimento e a dor sentidos poderão ter-me impedido de gravar, na sua literalidade, os exatos termos da ofensa.

O mundo dá voltas! Dois dias após li, de Paulo Coelho, na reflexão intitulada “O Poder da palavra” (Jornal O Globo, p. 34, 26/3/00): “De todas as poderosas armas de destruição que o homem foi capaz de inventar a mais terrível - e a mais covarde - é a palavra. Punhais e armas de fogo deixam vestígios de sangue. Bombas abalam edifícios e ruas. Venenos terminam sendo detectados. Mas a palavra destruidora consegue despertar o Mal sem deixar pistas. (...) Procure ver se você está utilizando esta arma. Procure ver se estão utilizando esta arma em você. E não permita nenhuma destas duas coisas”.

Essas palavras calaram fundo no meu coração! Estou permitindo que seja usada contra mim essa perversa arma! - pensei. Devo reagir!

Tenho o dever de reagir! Não por mim, simples mortal, com meus medos atávicos, minhas ideologias e minhas imperfeições não superadas, mas pela importância da Instituição que represento - o Poder Judiciário.

Jamais uma instituição foi tão massacrada, vilipendiada, destroçada pela mídia! Refiro-me àquele episódio no qual, por primeira vez, o Poder Judiciário não se submeteu à sub-reptícia manobra dos poderosos em amesquinhá-lo, reduzindo-lhe, por seis anos consecutivos, os seus vencimentos. Tirar do homem o seu meio de vida é a mais potente arma para dominá-lo. E uma Justiça forte e independente incomoda a muitos!

Reagiram os juízes por interesse próprio? Sim, evidentemente que sim. São humanos..., e uma das características da humanidade é a imperfeição. Todavia, algo mais os impulsionou: defendiam, também, a Instituição, não permitindo que um dos três pilares em que se sustenta a República - o único no qual o pequeno pode se escorar - seja subjogado pelos interesses dos grandes, assim como está acontecendo com o Terceiro Mundo, nesse perverso processo de globalização.

Pobre Judiciário! Magistrados honrados foram achincalhados, desmoralizados, quando só tentaram superar um impasse que foi criado exatamente por aqueles que se arvoraram em arautos da moralidade! Por força desse triste episódio, os responsáveis saíram-se vencedores, conseguindo o que queriam: um teto duplo, que ao Judiciário não aproveita, porque aos juízes tudo é vedado, salvo lecionar em uma instituição de ensino superior (profissão sabidamente mal remunerada). A imprensa sabia disso. Os juízes cansaram de contar a sua versão. Mas dela fizeram ouvidos moucos. Se escutassem, não poderiam publicar diferente e acabaria o interesse do público pela matéria. Se se ativessem aos fatos, perderiam o respaldo para as manchetes apetitosas. Por um mês, o esporte nacional foi ridicularizar o Poder Judiciário. Outros escândalos apareceram; e como! - a estimular o interesse dos vendedores de jornais. Mas, para alguns, ainda não era suficiente: não se poderia perder a ocasião de fazer um mote à custa dos outros; era preciso mostrar-se sempre “inteligente e espirituoso”!

Não! - não vou defender o Poder Judiciário. Sim! - ele tem defesa. Porém, o que importa? Ele já foi condenado, e sobre seus ombros foram lançadas todas as mazelas do país. Apenas quero lembrar àqueles que disso já sabem: se queremos um regime democrático, sabidamente o melhor - comprovado por mais de 60 anos de frustrada experiência comunista - teremos que pagar o ônus da democracia. No regime democrático há instituições e, para que a democracia funcione, é necessário que elas sejam fortes e respeitadas. Se existem falhas, é necessário que sejam corrigidas; se se está a usar inadequadamente o dinheiro público, é necessário coibir-se o abuso e sanear as contas; se se está a acobertar membros corruptos, é necessário expurgá-los. Se tudo isso interessa ao povo, mais ainda interessa àqueles membros dos poderes que não se compadecem com os desmandos. O que não se pode é generalizar; colocar todos, bons e maus, no mesmo patamar; desmoralizar, ante a opinião pública, toda a Instituição. Existe um ditado árabe que diz: “o maior dos pecados é tirar a

alegria de alguém”. O maior de todos os pecados é tirar a esperança do povo, - penso eu. Sem a esperança nada mais resta... E é isso que a mídia vem fazendo: tirando a esperança do povo. Só veicula o escândalo, porque só o fato escandaloso vende e dá ibope. Esqueça-se, convenientemente, de que existe o outro lado, a banda que não é podre: existe o trabalho anônimo da grande maioria silenciosa que se esforça, às vezes às custas de grandes sacrifícios, para cumprir a sua obrigação. É preciso que se faça uma profunda reflexão: qual o efeito dessa ética perversa dos meios de comunicação na alma do povo? Sim, denunciem as falhas, e estarão prestando um relevantíssimo trabalho. Mas não destruam as instituições por vaidade ou por ganância. Contem a história por inteiro. O povo é inteligente e bom, quer saber a verdade; não se interessa só pelo escândalo.

Entretanto, é preciso muito mais para defender o pequeno: cumpra o Executivo as ordens judiciais; revejam-se as leis que permitem o emperramento da máquina judiciária; respeite-se mais a Constituição; haja mais ética na política. Tudo isso o povo merece, assim como merece um Poder Judiciário independente e forte. A Justiça é o refúgio daqueles que não têm a força e o poder. Somente através da Justiça poderão os fracos lutar contra a prepotência dos fortes. Os pequenos precisam ter essa esperança - é perverso destruir-lhes a alegria.

Li, da sabedoria sufi: “O mundo é sustentado por quatro colunas: a sabedoria dos sábios, a justiça dos fortes, a oração dos justos e o valor dos bravos”. Meditem! É mais sábio ajudar o Poder Judiciário a fortalecer-se, a corrigir-se. Desmoralizado, não poderá prestar a Justiça que o povo merece. Usada com ética uma arma tão potente como a palavra a coluna dos sábios será reforçada em benefício da humanidade, permitindo que desponte, do imo da alma desse sofrido povo, os valores que a desesperança esconde sob o manto da revolta. Se se insistir na postura de veicular-se apenas o escândalo, só restará aos justos a oração. Só restará ao povo o pedido a Deus para que tenha compaixão do Homem, esse confuso ser que, feito à Sua imagem e semelhança, ainda teima em comportar-se como um bruto.

Maria Helena Cisne Cid é Desembargadora no TRF da 2ª Região - Fonte: TRF 2

